

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Lei Municipal nº 1378/94
Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 001/2020

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS,
2 realizada no dia 21 de janeiro de 2020, na sede do Centro de Convivência – Zona
3 Noroeste/CECONV-ZNO, sita a Rua Gilberto Franco Silva, 317 – Caneleira – Santos/SP com a
4 presença de conselheiros e convidados, cujas assinaturas constam na lista em anexo que integra
5 esta ata. Sra. Mayara da Silva Curcio presidenta do CMAS, deseja um bom dia a todos, em seguida
6 inicia a assembleia, às 9h10. Inicia fazendo a leitura de texto da escritora Eliane Brum: “O que eu
7 poderia dizer a você, Catarina? A verdade? A verdade você já sabia, você tinha acabado de
8 descobrir. As pessoas quebram. Até as meninas quebram. E, se as meninas quebram, você também
9 pode quebrar. E vai, Catarina. Vai quebrar. Talvez não a perna, mas outras partes de você.
10 Membros invisíveis podem fraturar em tantos pedaços quanto uma perna ou um braço. E doer muito
11 mais. E doem mais quando são outros que quebram você, às vezes pelas suas costas, em outras
12 fazendo um afago, em geral contando mentiras ou inventando verdades. Gente cheia de medo,
13 Catarina, que tem tanto pavor de quebrar, que quebram outros para manter a ilusão de que são
14 indestrutíveis e podem controlar o curso da vida. E dão nomes mais palatáveis para a inveja e para
15 o ódio que os queima. Mas à noite, Catarina, à noite eles sabem”. Na sequência, Sra. Mayara faz a
16 leitura de documento elaborado pelos funcionários do serviço CREAS-ZNO: “Nós, trabalhadores
17 abaixo assinados, vimos por meio desta nota repudiar a transferência compulsória da psicóloga
18 Priscila Vicente, que há sete anos vem trabalhando no CREAS ZNO, no serviço de Medidas
19 Socioeducativas, tendo ocupado a chefia deste nos últimos cinco anos, de forma comprometida,
20 competente, responsável, qualificada e tendo como horizonte das suas ações a defesa
21 intransigente dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Além disso, durante esse período
22 desenvolveu diversas ações que extrapolavam as atribuições de seu cargo: realizou parcerias
23 intersetoriais, em especial com a Secretaria Municipal de Educação, com a qual promoveu
24 encontros de sensibilização de professores e orientadores educacionais, no sentido da garantia do
25 direito à Educação de diversos jovens e adolescentes em situação de risco; articulou e consolidou
26 parcerias com Universidades como a São Judas - Unimonte, para PSC Coletiva, atual carro chefe
27 desta modalidade de medida socioeducativa em meio aberto no município; é multiplicadora da
28 Justiça Restaurativa, tendo contribuído para a formação de profissionais de diversos setores da
29 sociedade, por meio da multiplicação dessa metodologia tão necessária ao enfrentamento à
30 violência; atuou como conselheira no Conselho Municipal de Cultura; como facilitadora da XIII
31 Conferência Municipal de Assistência Social, na qual coordenou o debate a respeito da inserção ao

32 mundo do trabalho e articulação intersetorial; e, finalmente, substituiu a coordenação do CREAS
33 ZNO em várias ocasiões - sempre defendendo o trabalho em equipes de referência interdisciplinar,
34 como preconizado nas normativas que orientam o trabalho profissional do SUAS. A transferência
35 da psicóloga Priscila foi uma decisão tomada à revelia da equipe, de forma antidemocrática e
36 autoritária. Não foi aberto nenhum canal de diálogo com este propósito - apesar da pactuação
37 estabelecida entre a atual gestão com os trabalhadores do CREAS ZNO, uma vez que em diversas
38 reuniões se comprometeram a não realizar transferências compulsórias de servidores. Tal
39 compromisso não foi pactuado somente com trabalhadores do CREAS ZNO, mas com a totalidade
40 dos servidores, dos diversos equipamentos da secretaria, que é o mínimo que se espera de uma
41 gestão coerente com os processos de trabalho e diálogos já estabelecidos. Tal arbitrariedade
42 desconsidera o desfalque de recursos humanos desta unidade, o que tem historicamente
43 impossibilitado o acesso de diversas famílias com direitos violados ao atendimento. Importante
44 salientar que ações como essas desestimulam os profissionais, tendo em vista que tal atitude gera
45 desestabilidade e insegurança, prejudicando planejamento interno da unidade, o que tem impacto
46 direto nos usuários atendidos. A instabilidade no trabalho vem sendo um fator adoecedor para os
47 profissionais que permanecem neste equipamento, fato que há muito tempo vem sendo anunciado
48 e é de conhecimento de todas as chefias que passaram pelo departamento responsável por nosso
49 serviço. O reconhecimento e a valorização de bons profissionais deveria ser premissa básica de
50 qualquer gestão, independente de ideologia e/ou orientação política, principalmente em um contexto
51 de extrema polarização e desmonte das políticas públicas. Em uma secretaria cuja função maior é
52 promover o exercício da cidadania, é extenuante que nós trabalhadores tenhamos que reiterar a
53 necessidade de respeito, transparência e da igualdade no tratamento, itens essenciais para o bom
54 funcionamento dos serviços públicos. Portanto, lamentamos a forma desrespeitosa e irresponsável
55 que fora tratada a profissional supracitada. Frente a esse contexto, sob a premissa da citação de
56 Martin Luther King de que "a injustiça em um lugar qualquer é uma ameaça a justiça em todo lugar"
57 e a favor da política de Assistência Social, dos seus trabalhadores e, principalmente, dos usuários,
58 nos posicionamos categoricamente contrários a transferência compulsória da trabalhadora Priscila
59 Vicente, bem como a qualquer outra transferência que atinja trabalhadores em seu exercício
60 profissional ético-político. Pede permissão para fazer inversão de item de pauta, sendo acatado por
61 todos presentes, inicia a assembleia: **1. Informes do CMAS - Memória da XIII Conferência**
62 **Municipal de Assistência Social:** Sra. Mayara apresenta o documento elaborado, que visa
63 registrar o processo histórico da realização da conferência municipal. O documento apresenta
64 informações, sobre o processo de construção da conferência, número de participantes, propostas
65 aprovadas e avaliação feita pelos participantes. O documento ainda está sendo finalizado e
66 posteriormente será disponibilizado a todos. Na sequência passa a palavra ao Sr. Valdecir –
67 Assistente Social, que fara o **Relato da participação como Delegado Municipal na Conferência**
68 **Democrática Nacional de Assistência Social:** Sr. Valdecir faz a explanação sobre como foi
69 realizada a Conferência Democrática, ocorrida em Brasília no mês de novembro de 2019. Entrega

70 ao conselho, para ser disponibilizado, relatório apresentado na referida conferência, assim como
71 "Carta da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social – Agenda de Lutas". Relata que
72 a mesa de abertura do evento fez uma análise de conjuntura quanto a atual realidade do país. Sr.
73 Valdecir informa que conseguiu identificar as propostas que o município deliberou para o Governo
74 Federal, no rol de propostas apresentadas. No evento discutiu-se muito também a insuficiência de
75 recursos da Assistência Social e a precarização dos serviços públicos. Ressalta que o movimento
76 da conferência, foi significativo para a efetivação da PL 42, que faz menção a liberação dos recursos
77 federais, parados e atrasados da Política de Assistência Social. Por fim, Sr. Valdecir reforça o que
78 foi discutido que o SUAS precisa de legisladores que o defendam nas horas das votações, ou as
79 conferências acabam sem eficácia. Em seguida, Sra. Mayara passa a palavra para o Sr. Décio
80 Marques – usuário dos serviços socioassistenciais, que fez o **Relato da participação como**
81 **Delegado Municipal na Conferência Democrática Estadual de Assistência Social**: Sr. Décio,
82 informa que foram montados três grupos de discussões no evento, sendo: atendimento,
83 financiamento e participação popular. Informa que uma das discussões feitas, refere-se a falta de
84 compromisso com os trabalhadores e serviços da Política de Assistência Social e a política da
85 terceirização. Relata que ainda não foi disponibilizado o relatório final da Conferência. Sra. Aurora,
86 ressalta que ambos eventos, Nacional e Estadual, foram chamados pela sociedade civil, uma vez
87 que não houve mobilização por parte dos órgãos gestores para realizarem as conferências. Informa
88 que ao todo foram, 4.200 municípios e 24 estados que realizaram suas conferências. O estado de
89 São Paulo protelou a realização da conferência, com previsão de ser realizada somente em abril
90 deste ano. A Conferência Democrática de São Paulo, foi um movimento do Fórum Estadual de
91 Trabalhadores, e foi um momento histórico, com a presença marcante dos usuários. Sra. Aurora,
92 enaltece a participação dos usuários. Sr. Rodrigo – SEDS, ressalta a importância de termos
93 conseguido ter dois representantes nos espaços conferenciais das demais instâncias, que mesmo
94 com um ano conturbado, é um momento de fortalecer esses espaços e coloca o órgão gestor a
95 disposição para colaborar com o documento da memória da conferência municipal. Sra. Aurora,
96 informa que o FORTSUAS, encaminhará ofício ao Sr. Secretário de Desenvolvimento Social, para
97 esclarecimentos quanto ao ocorrido no serviço CREAS – ZNO, tendo em vista a leitura realizada
98 pela Sra. Mayara no início desta assembleia. Pede também que seja disponibilizado para a próxima
99 assembleia, o documento da "Carta da Conferência Nacional Democrática de Assistência Social –
100 Agenda de Lutas". Ainda, em relação a informes, lembra que o CRESS está em processo eleitoral,
101 para compor a gestão 2020/2023, que esse ano será processo via internet, entre os dias 10 a 12
102 de março e pede que todos os assistentes sociais participem desse momento. Lembra também que
103 os servidores municipais já estão em campanha salarial e que ocorrerá assembleia dia 30 de janeiro
104 as 19hs no sindicato. Sra. Luciléia, pede a fala e ratifica a questão que passamos por um momento
105 conturbado, de perdas de direitos, que ficou emocionada com o Jornal "Vozes da Rua", entregue
106 pelo Sr. Décio, tendo em vista a mobilização e participação dos usuários e ressalta a importância
107 do documento da memória da conferência municipal. Lembra que na Conferência Municipal,

108 discutiu-se e tirou-se como proposta a implantação do Fórum de Usuários e que deve ser efetivado.

109 **2. Vacância – Composição / Eleição para as vagas remanescentes de conselheiros:** Sra.

110 Mayara, informa que nem todas as vagas foram preenchidas, restando-se ainda 02 vagas de

111 segundo suplente para o segmento de Organizações Sociais e 03 vagas de segundo suplente para

112 o segmento usuários/as. Sendo assim, pede que as pessoas que estão presente, se apresentem,

113 sendo elas: Sra. Barbara W. Ferreira Nogueira, Sra. Leticia Branquinho Dorigan, Sra. Josenice

114 Profirio da Silva e Sra. Fernanda de Souza Santos, todas para o segmento trabalhador. Sra. Sarah

115 Alvarez Bueno, representando a Organização Social Cruzada das Senhoras Católicas, no segmento

116 Organizações Sociais. Sra. Juliana da Silva Barbosa, Sra. Iasmin Siqueira Moraes dos Santos, Sra.

117 Cristiane Nascimento Lima e Sra. Lucimara Leite Almeida no segmento usuárias/os. Após

118 apresentação, todas foram aclamadas como conselheiras. **3. Posse dos conselheiros para**

119 **gestão 2020/2021:** Sra. Mayara passa a apresentar todos os conselheiros indicados pelo governo

120 e os conselheiros eleitos, empossando-os para a gestão 2020/2021. Os presentes preencheram

121 ficha de cadastro de conselheiros entregue pela Secretaria Executiva, com vias de manter o

122 cadastro dos mesmos. Neste momento, passa a condução da assembleia para o Sr. Rodrigo

123 Salvador Lachi, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS, que assume a

124 presidência do colegiado. **4. Composição da Diretoria Executiva – Gestão 2020/2021:** Sr.

125 Rodrigo faz a explanação, quanto a importância do papel do Conselho Municipal de Assistência

126 Social e chama a Sra. Aurora Fernandez Rodriguez – Representante do FORTSUAS, que assume

127 a vice-presidência do colegiado. Sra. Aurora, relata que o Fórum de Trabalhadores do SUAS, da

128 Baixada Santista existe desde 2015, estando na terceira gestão. Estão presentes nos conselhos de

129 Guarujá e São Vicente, além do de Santos. Ressalta a importância das trabalhadoras do município,

130 Sra. Mayara e Sra. Marina, na gestão anterior do conselho. Enfatiza a importância da presença do

131 Fórum na defesa dos trabalhadores, uma vez que a gestão as vezes não compreende o papel da

132 Política de Assistência Social. Entende que como meta, precisa-se efetivar o Fórum dos Usuários,

133 assim como os Conselhos Gestores nas unidades. Na sequência, Sr. Rodrigo, apresenta a Sra.

134 Milene – Representante da Organização Social Lar das Moças Cegas como Primeira Secretária do

135 Conselho e a Sra. Luciléia Siqueira dos Santos – Representante dos Usuários, como Segunda

136 Secretária. Sendo assim, a composição da Diretoria do colegiado tem representatividade de todos

137 os segmentos que compõe o conselho. **5. Aprovação do Regimento Interno do Conselho:** Sr.

138 Rodrigo faz a contextualização do porque se faz necessário a atualização do Regimento Interno do

139 Conselho. Tal questão vem sendo acompanhada pelo Ministério Público, uma vez que o Regimento

140 vigente está em desacordo com a Lei de Criação do Conselho. Na sequência, Sr. Leandro –

141 Secretário Executivo do Conselho, faz a leitura da minuta de Resolução Normativa com a proposta

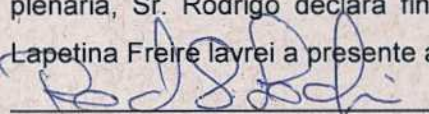
142 de Regimento. Sra. Mayara questiona sobre a representatividade do governo, e quando há as

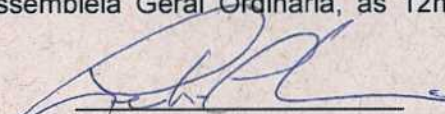
143 ausências, se a secretaria também perde a cadeira. Sr. Rodrigo explica que por lei as secretarias

144 têm assento no Conselho, e quando da ausência de seu representante o Conselho deve oficial o

145 órgão solicitando a substituição da pessoa. Sra. Marcell, questiona sobre a função de

146 coordenação/gestão para o segmento da sociedade civil, pois a mesma teve sua candidatura
147 impugnada por estar em função de chefia e na data de hoje tomou posse conselheira representando
148 a sociedade civil que exerce a função de coordenação. Sr. Rodrigo explica que o Conselho segue
149 a orientação do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, quanto a não possibilidade do
150 trabalhador que se encontra em função de chefia se candidatar como sociedade civil no conselho.
151 Essa orientação refere-se apenas a trabalhadores do governo, sendo omissa com relação a
152 trabalhadores da sociedade civil. Sra. Magali – SEDS, solicita que seja especificado as alterações
153 realizadas no regimento, contudo Sr. Rodrigo informa que no momento não seria possível, pois
154 trata-se de outro arquivo. Sra. Aurora, sugere, que como trata-se de um empenho da Diretoria
155 anterior pela elaboração da proposta do Regimento, que este fosse aprovado e posteriormente
156 fizesse as discussões pertinentes. Sr. Rodrigo sugere que essa discussão seja suspensa e
157 encaminhada para a próxima assembleia, tirando assim o item da pauta, com concordância dos
158 conselheiros presentes. Sr. Rodrigo entende que o conselho terá que se debruçar sobre a
159 orientação do CNAS, sobre a questão do trabalhador da sociedade civil em cargos de chefia. **6.**
160 **Recomposição das Comissões:** Sr. Rodrigo, passa a solicitar que os conselheiros presentes
161 indiquem qual comissão irão compor. Ficando assim constituídas: Comissão de Finanças: Rodrigo
162 Salvador Lachi; Marizilda Ribeiro Lopes; Aurora Fernandez Rodrigues; Marilda Paixão Isaias dos
163 Santos; Carla Esteves Peres; Leticia Branquinho Dorigan. Comissão de Política: Rodrigo Salvador
164 Lachi; Paulo Roberto Paes Musa; Sarah Alvarez Bueno; Aurora Fernandez Rodrigues; Caroline
165 Emile dos Santos; Barbara W. Ferreira Nogueira; Rayssa Ramos Barja; Josenice Profirio da Silva;
166 Luciléia Siqueira dos Santos; Iasmin Siqueira Moraes dos Santos. Comissão de Legislação e
167 Acompanhamento das Deliberações das Conferências: Magali Leite de Freitas; Luiz Otávio Galvão
168 de Barros; Fernanda Bernadete Rosin Braga; Milene do Carmo de Carvalho; Daniele Teixeira
169 Lacerda Maia; Marilda Paixão Isaias dos Santos; Fernanda de Souza Santos; Hagnis Cavalcanti.
170 Comissão da Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família: Magali Leite de Freitas;
171 Tarciana Vasconcelos da Silva; Danielle Abujamra Siufy Nardez; Angélica Egler Graça Gomes;
172 Liana Aparecida Julião Pio do Carmo; Beatriz Gomes; Marciléia P. de Oliveira; Hagnis Cavalcanti;
173 Lucimara Leite Almeida; Iasmin Siqueira Moraes dos Santos; Luciléia Siqueira dos Santos. Os
174 demais conselheiros ausentes terão sua indicação realizada pela Presidência. **7. Apreciação e**
175 **Deliberação da ata da Assembleia Geral Ordinária do dia 17.12.2019 e Apreciação e**
176 **Deliberação da ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 20.12.2019:** Sr. Rodrigo faz a
177 leitura das atas, e não tendo considerações, as mesmas são aprovadas. **8. Informe do Gestor:**
178 Não houve informes. **11. Assuntos Gerais:** Não houve informes. Sem mais informes advindos da
179 plenária, Sr. Rodrigo declara finalizada a Assembleia Geral Ordinária, às 12h00. Eu, Leandro
180 Lapetina Freire lavrei a presente ata.

181 
182 _____
183 Rodrigo Salvador Lachi
Presidente

181 
182 _____
183 Leandro Lapetina Freire
Secretário Executivo – CMAS